

Resenha

A conquista da opinião pública: como o discurso manipula as escolhas políticas (CHARAUDEAU, Patrick¹. São Paulo: Contexto, 2016. 183 p.)

Josemary Macedo da Silva ARAÚJO²

Democracia. Palavra de etimologia grega composta por *demos* (povo) e *Kratos* (poder), trazendo como significado, ao regime democrático, a supremacia do povo. É, em termos regimentais, o sistema onde o povo elege seus líderes por meio do voto, e estes, por conseguinte, passam a representar a opinião pública. Porém, não é propriamente da democracia que a obra de Patrick Charaudeau trata. *A conquista da opinião pública: como o discurso manipula as escolhas políticas* antecede esse exercício ao apresentar um estudo sobre como os líderes políticos chegam ao poder, analisando as práticas na construção de seus discursos e o papel das mídias e das pesquisas de opinião neste processo.

O livro está dividido em quatro partes: “Introdução”; “O que é opinião pública?”; “A manipulação da opinião pública”; “Crise da opinião, crise da democracia: os sintomas de uma crise política da pós-modernidade”. Esta resenha aborda as duas primeiras.

Na *Introdução*, o autor inicia suas abordagens instigando uma análise do exercício do poder político. A começar pelas categorizações que se entrelaçam, e que, segundo ele, são: os “fatos políticos” (atos e decisões ligados à autoridade e legitimidade), “fatos sociais” (organizações das relações sociais, hierarquização); “fatos jurídicos” (regimento de condutas); e “fatos morais” (idealidade, sistemas de valores).

Um ponto importante em sua abordagem inicial é a “palavra”. Charaudeau diz que “é pela palavra que se persuade, que se seduz e que, no fim das contas, se regula a vida política”. E com este posicionamento abre toda a discussão sobre como é construída a opinião pública, iniciando pela explanação do processo de evolução das sociedades.

¹ Patrick Charaudeau é professor da Universidade de Paris-Nord (Paris XIII), fundador do Centre d’Analyse du Discours (CAD) e criador da Semiolingüística.

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGC/UFPB).
E-mail: josy.macedo@gmail.com.

Segundo o autor, o processo de evolução das sociedades dá-se pelo processo cíclico que começa com o conflito, passa pela tentativa de regulação, segue para o equilíbrio e retorna para o início: um novo conflito. Os conflitos surgem do desejo de hegemonia, de conquistar e defender bens. A tentativa de regulação é colocada em práticas que permeiam nossa cultura, como as punições por mal comportamento na infância ou a demissão ou gratificação no emprego na fase adulta, além de outros modelos e práticas das relações de hierarquia e submissão. O equilíbrio, por fim, é dado quando a situação se estabiliza, seja por acordos, rendições ou gratificações para ambos os lados.

Seguindo a lógica dos conceitos que pré-existem às demais explicações, a próxima palavra destacada por Chareadeau é “poder” que, segundo ele, é “a situação que permite a alguém decidir mudar alguma coisa na ordem do mundo, agindo sobre o outro ou sobre um grupo”. E complementa: “agir sobre o outro que dizer: ter a possibilidade de submeter o outro, por algum meio”. Com esta definição, o autor elabora três questões que se correlacionam com o processo de constituição do poder:

“Em nome de que se tem direito de agir?": É a questão da “legitimidade”. A pessoa que tem o poder como alvo se apoia na crença coletiva do transcendental (ideia de divino, moral), institucionalidade (confiabilidade, renome) e linhagem (pessoa “bem nascida”).

“Qual a possibilidade de ser reconhecido como digno de agir?": É a questão da “autoridade”. Essa autoridade é dada pelo saber (conhecimento intelectual), pela competência (saber fazer) e pela experiência (reforço do saber-fazer, um “saber-fazer” adquirido, algo a mais do que o conhecimento).

“Quais são os meios de agir?” - É a questão da “potência”. A potência está relacionada ao poder fazer. São os meios, as forças, as articulações para a execução das propostas. A potência pode reforçar a legitimidade. Uma observação importante colocada pelo autor sobre esta questão é que uma pessoa que ocupa ou almeja cargo de poder pode “usar de sua potência para tentar legitimar-se, como quando se toma o poder pela força”, a exemplos dos golpes de Estado, ditaduras, totalitarismos.

Em *O que é a opinião pública?* Charaudeau explana a forma como se constrói a identidade coletiva, já afirmando que “a história é feita de encontros de indivíduos, de grupos, de populações” e, mais adiante: “mas sempre através das relações de

diferenciação, de dominação, de sujeição”. Esse pensamento abre bloco sobre identidade.

De início, uma problematização: não existe uma opinião totalmente pessoal. O que se percebe na esfera individual não é um pensamento exclusivo. Talvez um conjunto de pensamentos outros que se construiu como único. Além disso, ao mesmo tempo em que há uma dependência do outro, há também o medo de perder a singularidade. Logo, identidade individual acaba se tornando uma espécie de interseção à identidade coletiva: “somos, simultaneamente, o que não é o outro e o que ele é”. E a construção dessa identidade permeia a complexidade entre as identidades das várias ambiências (família, profissão, escola, região, religião, classe social, etnia, etc.) e o direito à singularidade, à diferença. Assim, a identidade individual pode ser vista como o desejo de ser único e a identidade coletiva parte do desejo de agir em comunhão com os outros, de pertencer.

A contradição entre a necessidade do outro e, ao mesmo tempo, de se diferenciar do outro, abre a discussão sobre os movimentos de atração e de rejeição. O movimento de atração, trata da posse do outro, da partilha do seu universo num processo de dominação ou assimilação. Já no movimento de rejeição, a diferença representa o perigo, uma ameaça para a integridade da sua identidade. Por isso, justifica o autor, quando se trata da diferença do outro, esta é acompanhada de um julgamento negativo, pois acaba por ameaçar a sobrevivência de si mesmo. Ou seja, julgar negativamente o outro é uma forma de proteção à própria identidade (processo de diferenciação).

A identidade coletiva, por sua vez, é constituída daquilo que os membros de um grupo compartilham: opiniões, valores, conhecimentos, gostos, etc., e que caracterizam vínculo social. Como adendo, Chareadeau afirma que a identidade coletiva é frágil quando, por exemplo, precisa ser o tempo todo defendida, reforçada, lembrada. Daí os confrontos e a necessidade do outro diferente. É necessária a presença da diferença para se autoafirmar. E assim, surge a retomada da relação dominador-dominado. É o que o autor chama de processo de diferenciação. Por outro lado, se há uma identidade forte, se há possibilidade de diálogo com o outro grupo, de fusão e coexistência com o diferente, trata-se de um processo de assimilação. Finalizando este pensamento, o autor afirma ainda que quando um grupo se sente ameaçado por outro dominante, reage isolando-se, “fechando-se em sua concha”, preservando-se em seu “território conquistado”.

Ainda nesta discussão sobre “dominação” e “mistura”, Chareau deau afirma que existem duas formas de dominação de um grupo: uma por meio de integração à força (como colonização; assimilação forçada, como é o caso da relação entre imigrantes e país de acolhida; etc.) e a outra por meio de eliminação radical (guerras, genocídios, etc.). Sobre a mistura, o autor comenta que, para evitar uma desagregação do grupo de origem, acaba se criando um valor comum que se torne âncora, uma espécie de “superego” identitário para justificar a fusão, como acontece, por exemplo, nas ascensões sociais.

O autor discorre, então, sobre “opinião”. Para ele, não se trata de um conhecimento, mas de mero ponto de vista a respeito de um saber. Não é necessariamente uma verdade sobre o mundo, mas um ponto de vista sobre as verdades do mundo: “a opinião é, pois, uma crença”, pois parte da subjetividade daquele que fala e se relaciona com o seu contrário, o que não ocorre com os saberes de conhecimento.

A partir desse conceito, o livro segue com explicações sobre opinião coletiva e opinião pública. Na primeira, “um mais um não é dois, mas um novo um”, pois se torna fator comum. Na opinião pública, as expressões são feitas por meio das mídias, organizações sociais e sindicais e as próprias urnas.

O autor faz ainda uma contextualização histórica sobre a evolução e atual constituição do conceito de “opinião” a partir dos movimentos e revoluções do século XVIII até o conceito de “massas” no século XIX e as relações hierárquicas de fábrica, onde surgiram uma ideia de consciência coletiva, um contrapoder. No século XX, contextualiza, isso ganha corpo com os partidos políticos, sindicatos e associações.

Sobre a “fabricação da opinião pública”, vem as pesquisas de opinião e das mídias nesse processo: as pesquisas categorizam critérios, e as mídias, por meio de seus suportes de difusão, categorizam perfis de público, imaginando seus preconceitos, expectativas e imaginário. Ou seja, para construir opinião, não é necessário saber, mas dizer o que ela pensa e o que ela quer, e assim “a opinião pública é sempre refém de alguém”.

A opinião pública, ainda, está em construção permanente num movimento que converge em três movimentos: reação (por parte dos grupos sociais), atribuição (por parte dos atores políticos) e categorização (por parte das mídias), reforçando a ideia de Bourdieu sobre o uso do termo “opinião pública” no plural, devido seus fragmentos e diversidade. Sobre o movimento de atribuição, pode-se apresentar ainda exemplos de

campanhas políticas com chamadas como “o povo não aguenta mais promessas” ou “muda, Brasil”. São exemplos de atores que “pensam pelo povo” como forma de atraí-lo.

Dentro do contexto eleitoral, para o autor, existem quatro tipos de eleitores: os convictos, que votam sempre no mesmo representante ideológico e são “surdos e cegos” às críticas, argumentos e propostas dos outros e não há um olhar crítico de seu candidato, além de tenderem a ser mais “contra” do que “a favor”; os eleitores-para-os-bobos, que não votam, pois acreditam que votar é uma falsa expressão da soberania do povo, que é manipulado e dominado e são chamados de eleitores porque seu não-voto tem incidência sobre o resultado das eleições; os flutuantes, que votam de acordo com o resultado das pesquisas, que os fazem mudar de opinião e acompanham as intenções de voto, como se tudo fosse igual ou houvesse um receio em se posicionar; e, por fim, os não contentes, que votam de acordo com a insatisfação das suas condições de vida ou governantes, se rendendo a políticos carismáticos que versam sobre a crise do bem-estar social e estigmatizam os responsáveis.

Para finalizar esse bloco de discussões desta obra, o autor discorre sobre a consciência cidadã, apresentando a diferença entre pertencimento (identidades sociais) e sentimento (idealização, subjetividade), exemplificando que o que está em jogo é este último. Assim, “ser francês não é nada mais que se sentir francês”. A consciência cidadã se define, então, “pelo pertencimento dos indivíduos a uma mesma comunidade nacional na qual se reconhecem porque esta funciona como fiadora da sua vontade de estar e de viver juntos, e na qual exercem sua parte de soberania ao eleger seus representantes”.

Ao escolher apresentar os textos iniciais de *A conquista da opinião pública: como o discurso manipula as escolhas públicas*, houve uma expectativa de instigar o leitor a se aprofundar na obra que, sem a necessidade de delongas, traz conceitos de forma clara e objetiva e permite uma reformulação de pensamentos por meio da criticidade, e até mesmo autocriticidade, enquanto constituição de individualidades e coletividades, permitindo uma visualização metódica de como funciona a manipulação na construção da opinião pública e como isso reflete no exercício transparente da democracia.